MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 15:120

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro das Finanças:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É permitida a alteração dos envoltórios dos tabacos em rama que entraram nos armazéns alfândegados a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 13:591, de 12 de Maio de 1927, quando tal se torne necessário ao exame técnico industrial previsto no § 2.º do mesmo artigo.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 3 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

Decreto n.º 15:121

Considerando que a aplicação do § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 7:823, de 23 de Novembro de 1921, conduz a resultados que se não previam, como do oficial ir contar no quadro permanente uma antiguidade em que nem sequer era ainda oficial miliciano, o que representa uma anomalia que não só prejudica os direitos adquiridos por muitos oficiais, como também afecta extraordinariamente a disciplina;

Considerando que se torna necessário obviar aos inconvenientes resultantes da execução da última parte do citado parágrafo, que tem dado origem a reclamações que não devem deixar de ser tomadas em consideração por afectarem directamente interesses de terceiros;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 7:823, de 23 de Novembro de 1921, passa a ter a seguinte redacção:

§ 1.º Os oficiais milicianos nas condições do artigo 1.º que requererem a sua admissão na Escola Militar, e aqueles que nas mesmas condições a estão frequentando ou frequentarem e concluírem os cursos das armas ou serviços a que se destinarem, terão o direito a ingressar no quadro permanente como adidos, sendo colocados na respectiva escala à esquerda do último oficial do curso a que pertencer o oficial mais moderno do mesmo quadro que tenha tomado parte na Grande Guerra, mas se, nestes termos, lhes pertencer uma antiguidade superior

à que tinham como oficiais milicianos será segundo esta antiguidade que irão ocupar o seu lugar na referida escala.

Art. 2.º A alteração constante deste decreto é considerada em vigor desde 23 de Novembro de 1921, data da publicação do decreto n.º 7:823.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n.º 14:969, de 28 de Janeiro do corrente ano e demais legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Março de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa*.

3.ª Direcção Geral

5.ª Repartição

Decreto n.º 15:122

Considerando que, pelo artigo 16.º da organização da Escola Militar, de 25 de Outubro de 1926, os professores adjuntos são divididos por cadeiras ou agrupamentos de cadeiras e de forma tal que às 17.ª e 24.ª cadeiras compete um adjunto oficial de engenharia e à 26.ª cadeira um adjunto oficial de engenharia ou de qualquer arma habilitado com o curso de engenharia;

Considerando que o conselho de instrução da Escola Militar, em sua consulta de 7 de Dezembro findo, é de parecer que o trabalho dos dois professores adjuntos fica muito desigualmente distribuído, pois que exactamente as duas cadeiras grupadas exigem um maior número de sessões para trabalhos de gabinete, de campo, de salas e aulas práticas, ao passo que à 26.ª cadeira apenas é atribuído um reduzido número de sessões para trabalhos de salas;

Considerando que adoptando a proposta do conselho de instrução da Escola Militar de grupar as cadeiras 17.ª e 26.ª e isolar a 24.ª cadeira se torna mais equivalente o serviço a desempenhar pelos dois adjuntos;

Considerando a conveniência de os dois adjuntos serem oficiais de engenharia a fim de poderem prestar serviço em trabalhos de aplicação da índole militar técnica das várias cadeiras de engenharia;

Considerando que tal modificação não destrói o princípio de poderem concorrer e ser providos como professores da 26.ª cadeira oficiais de qualquer arma com o curso de engenharia civil, visto ao professor adjunto de uma cadeira não caber o direito, sem novo concurso e escolha, de ser nomeado professor da referida cadeira;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º A distribuição de professores adjuntos pelas várias cadeiras e grupos de cadeiras, a que se refere o artigo 16.º da organização da Escola Militar, aprovada pelo decreto n.º 12:704, de 25 de Outubro de 1926, com